



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social.

AS (RE)CONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E SUAS INFLEXÕES PARA O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL

**JÉFITHA KALINY DOS SANTOS SILVA¹
ANGELY DIAS DA CUNHA²**

Resumo: A crise estrutural do capital deflagrada no início da década de 1970 desencadeou profundas transformações no sistema do capital que (re)dimensionaram o mundo do trabalho, acarretando o comprometimento de avanços históricos do Serviço Social e da Política de Saúde Mental alcançados nos anos de redemocratização do país e início da década de 1990. Destarte, fundamentado em um construto de vivências e inquirições sobre o Serviço Social e a Saúde Mental, este artigo propõe-se a analisar as inflexões das (re)configurações do mundo do trabalho no trabalho do/a Assistente Social na Saúde Mental, tendo como horizonte a Teoria Social Crítica.

Palavras-chave: Crise estrutural do Capital; Transformações no mundo do trabalho; Serviço Social e Saúde Mental

Abstract: The structural crisis of capital set off in the early 1970s triggered profound transformations in the capital system that (re) dimensioned the world of work, entailing the commitment of historical advances in Social Service and Mental Health Policy reached in the years of redemocratization of the This article, based on a construct of experiences and inquiries about Social Work and Mental Health, aims to analyze the inflections of the (re) configurations of the world of work in the work of the Social Assistant in Mental Health, having as horizon the Critical Social Theory.

Keywords: Structural Crisis of Capital; Transformations in the world of work; Social Service; Mental Health

1. INTRODUÇÃO

Apesar das conquistas do Movimento de Reforma Psiquiátrica (MRP) e da Luta Antimanicomial no país, a exemplo da mudança de concepção da doença mental e a construção de uma rede regionalizada de atenção à Saúde Mental, através dos serviços substitutivos, bem como dos avanços históricos do Serviço Social já fartamente ressaltados na bibliografia profissional, o

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: <jeh_fitha@hotmail.com>

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba

agravamento da crise estrutural do capitalismo nos anos de 1990 comprometeu os ganhos alcançados nesta política, bem como gerou inflexões para o trabalho do/a Assistente Social, visto que com o processo de reestruturação produtiva, desencadeado no país em meio a uma contrarreforma do Estado, o Serviço Social, por ser uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, é requisitado a redimensionar sua intervenção, conforme as (re) configurações do mundo do trabalho.

Assim, fundamentado em um construto de vivências e inquições sobre o Serviço Social na Saúde Mental, este artigo emergiu a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) *“DESCONSTRUINDO CÍRCULOS PARA CONSTRUIR CIRANDAS: uma análise sobre a prática do Serviço Social Clínico na Saúde Mental*. Trabalho esse decorrente de uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, fundamentada no método crítico-dialético, cujos objetivos foram: analisar, à luz do Projeto Ético Político (PEP), os pressupostos teórico-práticos e ético-políticos que orientam a prática clínica na Saúde Mental, confrontando os argumentos favoráveis e contrários ao uso de terapias no exercício profissional do/a (s) Assistente Social. Bem como os pressupostos ideo-políticos e teórico- metodológicos que conformam a vertente da intenção de ruptura do Movimento de Reconceituação da Profissão³.

A partir dos objetivos alcançados foi possível constatar que o trabalho do/a Assistente Social na Saúde Mental necessita ser estudado, frente ao atual cenário em que emergem profundas (re) configurações no mundo do trabalho, redimensionamento do papel do Estado, desmonte das políticas sociais, em particular da saúde, dentre outras.

³ O Movimento de Reconceituação emergiu em 1965 e foi um marco na história do Serviço Social latino-americano. Fortemente influenciados pela conjuntura de golpes de Estados instaurada pelo continente, muitos assistentes sociais começaram a fazer a crítica à cultura tradicional do Serviço Social, denunciando-a como uma “[...] prática empirista, reiterativa, paliativa, burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da questão social sobre os indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual eliminável” (NETTO, 2005, p. 6). No Brasil, este Movimento impulsionou um processo de Renovação das bases que orientavam o Serviço Social, no qual se destaca a vertente de “Intenção de Ruptura”, donde novas bases sociopolíticas começaram a orientar a profissão (Netto, 2011).

Portanto, o artigo ora apresentado situa-se no âmbito dos debates que envolvem o trabalho do/a Assistente Social na Saúde Mental. Fundamentado na Teoria Social de Marx, defende que, nessa conjuntura, torna-se imprescindível refletir sobre como vem ocorrendo o trabalho dos/as Assistentes Sociais, inseridos nos espaços sócio- ocupacionais da Saúde Mental. Logo, compreende-se que a escolha deste tema é relevante e espera-se, com o presente artigo, fomentar discussões não somente no âmbito acadêmico, mas, sobretudo, nos espaços sócio-ocupacionais.

Assim, a análise privilegiará as (re) configurações do mundo do trabalho, oriundas da crise estrutural do capitalismo que emergiu desde meados dos anos de 1970 e suas implicações para o trabalho do/a Assistente Social na Saúde Mental, destacando os desdobramentos para a formação, para a prática profissional e para a direção ética e política da profissão.

2. DESVELANDO AS (RE) CONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E SUAS INFLEXÕES PARA O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL

Nos últimos trinta anos, segundo Alves (2012), vivencia-se uma época histórica de reestruturações capitalistas nas mais diversas instâncias da vida social, pois o sistema mundial do capital, como sistema social global, reestruturou-se numa dimensão inédita. O autor elucida que a nova reestruturação produtiva do capital impulsionou um complexo de inovações organizacionais, tecnológicas e sociometabólicas nas grandes empresas e na sociedade em geral sob a direção moral-intelectual do “espírito do taylorismo”.

Portanto,

A crise estrutural do capital que emergiu em meados da década de 1970, inaugurou uma nova temporalidade histórica do desenvolvimento civilizatório, caracterizada por um conjunto de fenômenos sociais qualitativamente novos que compõe a fenomenologia do capitalismo global com seus “trinta anos perversos (1980-2010)” (ALVES,2012, P.1).

Nessa mesma direção, Meszaros (2011, p. 797) comenta que a crise estrutural do capital é global e cada vez mais grave, necessitando da adoção de remédios estruturais abrangentes, a fim de alcançar uma solução sustentável. Ou seja, “uma crise estrutural que afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”. Logo, uma crise que não precariza apenas os salários, mas toda dimensão do trabalho.

Antunes (2010) observa que o processo de reestruturação produtiva desencadeou novos elementos conjunturais que (re) configurou o mundo do trabalho. Isto posto, Bering (2011) ressalta que neste momento o trabalho passou a ser marcado ainda mais pelo acirramento da luta entre as classes fundamentais (capitalistas e trabalhadores/as); pela superexploração da força de trabalho, tendo em vista o desemprego estrutural; a redução dos direitos sociais; a reformulação e formulação das políticas sociais a partir da perspectiva neoliberal, diminuindo o Estado para a classe trabalhadora e flexibilizando os direitos sociais por meio de reformas de cunho contrarreformistas cujas consequências são as intensas flexibilizações para o mercado de trabalho e para a educação formal e o exercício das profissões.

Nessa perspectiva, Yamamoto (2012) destaca que a conjuntura atual é marcada por significativas mudanças no padrão de acumulação e regulação do capital, nos marcos da financeirização da economia e da radicalização neoliberal, traduzida no cotidiano da sociedade brasileira através da contrarreforma do Estado instaurada nos anos de 1990, com o plano diretor da reforma do Estado, que restringe a responsabilidade do Estado e desenvolve novas formas de organização e gestão do trabalho nos organismos empregadores, pela via dos ajustes fiscais, com marcantes alterações nas maneiras como os diversos profissionais de serviços se articulam no interior de suas entidades.

Isso ocorre porque o capital precisa reestruturar-se através das (re) configurações do mundo do trabalho, pois a crise que perpetua o modo de produção capitalista, desde os anos de 1970 não é cíclica, isto é, não afeta apenas os aspectos financeiros/monetários, mas todas as dimensões

fundamentais desse modo de produção, colocando em questão sua viabilidade como sistema reprodutivo (MÉSZAROS, 2011).

Entre as formas que o capital utiliza para reestruturar-se através das (re) configurações do mundo do trabalho, está a requisição de um novo perfil profissional, que se adapte as constantes mudanças do mercado de trabalho, a precarização das condições de trabalho e que exerça a polivalência em seu ambiente de trabalho, ou seja, um perfil profissional que responda favoravelmente a todas as flexibilizações da economia e do mundo do trabalho, pela via do pragmatismo e da imediatividade.

A requisição desse novo perfil profissional e o conjunto das demais transformações societárias engendradas na cena contemporânea brasileira colocam para o Serviço Social sérias inflexões, particularmente, para seus espaços sócio- ocupacionais e para a efetivação do seu PEP.

Nesse sentido, Guerra (2014) elucida que as novas formas de gestão e relações de trabalho estabelecidas no marco das (re) configurações do mundo do trabalho, a exemplo da autoresponsabilização pela empregabilidade, à medida que o mercado lhe coloca como responsável pela permanência do seu vínculo empregatício; da incorporação de novas funções que se agregam às tradicionais, tendência que tem sido chamada de multifuncionalidade; da diluição da formação especializada e equiparação das diversas profissões do social (tendência à desespecialização), da abstração da necessidade de formação profissional dada a assunção de atividades simples (desprofissionalização); do desmonte dos direitos e suspensão da legislação trabalhista (desregulamentação); da intensificação do trabalho; da rotatividade; da exarcebação do individualismo e da competitividade, dentre outros, redimensionam as intervenções dos/as Assistentes sociais nas múltiplas expressões da questão social, incidindo diretamente nas demandas e respostas profissionais , na formação e na dimensão ético-política da profissão.

Desse modo, a crise estrutural do capitalismo, afeta a profissão em suas múltiplas dimensões e campos de intervenção, visto que nesse momento as transformações nos espaços sócio ocupacionais expressam, claramente, as mudanças oriundas da chamada contrarreforma do Estado brasileiro, a qual

altera o modelo de políticas sociais e repercute no exercício profissional. O modelo de Estado, seja ele definido como liberal ou como neodesenvolvimentista, é sempre um Estado que, no limite, administra os interesses da burguesia, conclui a autora (GUERRA, 2014).

Nesse sentido Iamamoto (2003) pontua que diante do agravamento das contradições internas do capitalismo em seu atual ciclo, juntamente com os atuais traços da conjuntura brasileira se faz necessário desencadear um amplo debate nas várias esferas de atuação dos/as Assistentes sociais- e a Saúde Mental é uma delas-, no sentido de conduzir o trabalho profissional reconhecendo as particularidades dessas esferas e das expressões da questão social que incidem sobre os diferentes espaços sócio-ocupacionais, assim como as condições e relações de trabalho que circunscrevem as ações.

Assim,

Dentre os inúmeros desafios que se impõem na órbita do Serviço Social, um deles refere-se à reflexão sobre os rumos analíticos, o conteúdo e as implicações do trabalho profissional no marco da saúde mental, na interface com a psicologia e com o conjunto de atividades terapêuticas, realizado em equipes multidisciplinares. (IAMAMOTO, 2003, p.23).

Segundo Machado (2006), isso ocorre porque o trabalho dos/as Assistentes Sociais na interface com as equipes multidisciplinares da Saúde Mental é perpassado por algumas tendências e dilemas no tocante a formação que repercutem no exercício profissional, haja vista o avanço da formação profissional mercantilista, que utiliza a dimensão instrumental da profissão desassociada/desarticulada da dimensão teórico-prática e subjugada as determinações do mercado, presente nas instituições de ensino superior nas diversas modalidades de ensino, principalmente nas instituições de ensino à distância.

Nesse ínterim, esses fatores vão incidir na prática profissional por meio de duas matrizes de atuação dos/as Assistentes Sociais, quais sejam: uma, identificada como atividade “clínica”, que se subordina à homogeneização dos saberes psi e por outro traí o mandato social da profissão e o Projeto Ético Político, deixando uma lacuna histórica no projeto de Reforma Psiquiátrica. E outra que preserva a identidade profissional e sua autonomia técnica, sem, contudo, negar a interdisciplinaridade, procurando contribuir no campo teórico-prático para a identificação dos determinantes sociais, das particularidades de

como a questão social se expressa nas demandas do/a (s) usuário/a (s) dos serviços de saúde mental (ROBAINA, 2010).

Neste particular, para a referida autora, a ofensiva neoliberal e a maneira como essas forças têm se apropriado da Reforma Psiquiátrica brasileira ao materializá-la enquanto política social têm colocado enormes desafios para intervenções para o Serviço Social.

O trabalho dos/as Assistentes sociais na Saúde Mental, segundo Nogueira (2015), tem sido repleto de desafios, visto que para a materialização do PEP da profissão no contexto das transformações societárias contemporâneas é requisitado um profissional que, “seja informado, crítico e capaz de propor novas ações que possibilitem incentivar o protagonismo dos sujeitos sociais” (IAMAMOTO, 2008 *apud* NOGUEIRA, 2015,p.5), reconhecendo-os com sujeito de direitos.

Entretanto, muitas vezes esse perfil profissional comprometido com o PEP e, conseqüentemente, com a visão de homem/ mundo nele imbricada, é comprometida devido “a ausência ou insuficiência de informação sobre a saúde mental na formação profissional” (NOGUEIRA, 2015, p.7) e a incorporação acrítica do debate sobre “a crise de paradigmas, a pós-modernidade, a dicotomia entre a prática e a teoria, a resiliência, a teoria da complexidade, o discurso da humanização, do emponderamento, entre outros” (GUERRA, 2014, p.48).

Destarte,

O trabalho profissional na saúde mental aparece muitas vezes no campo acadêmico cercado de polêmicas e dilemas, como: o debate do Serviço Social Clínico, a subjetividade e o psicossocial. E por outro lado, ainda apresenta-se misterioso ao lidar com o lado “obscuro e imaterial” da saúde (psique/alma) cuja expressão máxima é a loucura (MACHADO, 2009, p.51).

Diante da efervescência das múltiplas controvérsias que permeiam o desenvolvimento do trabalho dos/as Assistentes Sociais na Saúde Mental, os autores do Serviço Social brasileiro que tratam desta temática tem alertado e constatado, através de seus estudos e pesquisas, que existe uma crise do Serviço Social contemporâneo na Saúde Mental, que vem se intensificando após a consolidação do PEP e a criação da Rede de Serviços Substitutivos em Saúde Mental, uma vez que tanto a profissão, quanto os serviços substitutivos

apresentam fortes elementos pós-modernos⁴ que lhe impedem de romper com os paradigmas da Psiquiatria tradicional e com a cultura do Serviço Social conservador, de modo que tal crise tem se agravado cada vez mais com o avanço do conservadorismo e a sequência de práticas fascistas na conjuntura brasileira.

Vasconcelos (2000) comenta que essa crise é oriunda da falta de abordagem crítica sobre a subjetividade, remetendo a profissão a um recalçamento das temáticas relacionadas à subjetividade, desenvolvendo, dessa forma, um vazio entre as mediações teóricas e o instrumental metodológico adequado para as intenções nesse espaço sócio- ocupacional. Segundo o autor referido, esse recalçamento é oriundo da falta de debate sobre a subjetividade e a categoria psicossocial entre os anos de 1970 e 1980 (início da perspectiva de intenção de ruptura do Serviço Social brasileiro), aludindo que as diversas lacunas que marcam a produção do conhecimento, a formação e a prática do Serviço Social na Saúde Mental ocasionam uma crise de identidade.

Para Rodrigues (2002), a referida crise é oriunda de dois elementos centrais, quais sejam: primeiro, a persistência de traços conservadores na formação do/a Assistente Social, que se expressam através da postulação de atividades de cunho meramente instrumental e voluntarista, de modo que as respostas profissionais devam partir das singularidades que perpassam as demandas profissionais. As posturas instrumentais e voluntaristas, portanto, resultam do descompasso entre as vanguardas da categoria e o exercício profissional. Segundo, a presença de traços pós-modernos na Reforma Psiquiátrica brasileira, que sustenta a crise de identidade em todo setor psiquiátrico- visto que essa crise de identidade não é exclusiva do Serviço Social-, pela via do irracionalismo e do ecletismo.

De acordo com Bisneto (2005), a já citada crise ocorre porque mesmo o MRP tendo o discurso da valorização do social, as categorias psis não querem se isentar do privilégio histórico para ceder o espaço corporativo a uma nova forma de desenvolver o trabalho em Saúde Mental. Nesse sentido, autor

⁴ Elementos estes, tais como a valorização do homem abstrato; visão holística sobre o homem e a sociedade; compreensão sobre a sociedade a partir das relações de poder etc. Sobre a pós-modernidade consultar, dentre outros, Harvey (1992).

pontua que a crise do Serviço Social na Saúde mental está relacionada à dominação do saber psiquiátrico sobre as concepções acerca do social defendidas e apreendidas pelo Serviço Social.

Para Machado (2009), essa crise dar-se em decorrência da dificuldade de articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Para a autora, os teóricos que trabalham com a temática do Serviço Social na Saúde Mental somente têm encaminhado as suas análises pela dimensão teórico-metodológica, não conseguindo apreender toda a sua complexidade. Portanto, na sua perspectiva, ainda que Vasconcelos (2000), Rodrigues (2002) e Bisneto (2005) concordem que existem dificuldades teórico-metodológicas, contudo não avaliaram as transformações no processo de trabalho em Saúde Mental e suas repercussões no fazer profissional.

Diante de todo esse complexo debate, observa-se, através dos estudos de Vasconcelos (2013) sobre a prática e a formação dos/as Assistentes Sociais na Saúde, que a crise de identidade do Serviço Social na Saúde Mental advém da crise de identidade do Serviço Social em todo setor sanitário. Para a autora, no citado setor os/as profissionais tem grande dificuldade de compreender o lugar do/a Assistente Social na saúde, na medida em que o trabalho profissional tem se desenvolvido em meio a um processo de luta entre interesses antagônicos que deslegitima o direito à saúde e à transforma em mercadoria, por meio de políticas de ajuste fiscal e do incentivo a terceirização e a privatização, gerenciados pelos organismos internacionais.

Segundo a autora o cenário de sucateamento da saúde e demais setores públicos da sociedade brasileira colocam grandes dilemas para a concretização do PEP no fazer profissional dos/as Assistentes Sociais, ao passo que o trabalho profissional é marcado pela (re)configuração do mundo do trabalho, que flexibiliza e fragiliza os vínculos empregatícios. Além de requisitar um perfil profissional que seja favorável a manutenção do sistema reprodutivo do capital através de uma prática profissional imediatista, pragmática, instrumental e sincrética.

Ainda segundo Vasconcelos (2013), os/as Assistentes Sociais não conseguindo concretizar o Projeto Ético Político em seu fazer profissional têm desenvolvido suas ações profissionais por um viés conservador, que

compreende o Serviço Social, a partir de uma “visão endogenista” (MONTAÑO, 2009), fazendo emergir e/ou fortalecer na profissão práticas que se distanciam e/ou que se opõe a direção estratégica assumida pela profissão.

Desta feita, a incompreensão de alguns profissionais sobre o lugar do Serviço Social nos processos de trabalho em Saúde Mental, frente aos desdobramentos da crise estrutural do capitalismo para a profissão, tem conseguido perpetuar a prática do Serviço Social Clínico na Saúde Mental, uma vez que o Movimento do Serviço Social Clínico baliza seus argumentos defensivos no falso dilema sobre a subjetividade. Para eles o arsenal heurístico e o aporte teórico-metodológico preponderante na profissão a partir da Reconceituação e consolidação do PEP no Código de Ética de 1993, não contemplam toda a complexidade das demandas que são postas para os/as Assistentes Sociais nessa área.

Nesse sentido, observa-se que

O eixo central de análise acerca da pertinência do Serviço Social Clínico hoje deva ser as conquistas obtidas por esta profissão nas últimas décadas do século XX para cá. Conquistas essas que se expressam no Projeto Ético Político e que remetem a discussão do Serviço Social Clínico não a um parágrafo ou um princípio deslocado do Código de Ética, mas à consideração do mesmo em sua totalidade. (RODRIGUES, 2002, p.37).

Rodrigues (2003) pontua que este tipo de exercício profissional vem ganhando adesão cada vez mais nos serviços de saúde mental, tanto nas instituições públicas e sobretudo nos serviços privados complementares da rede pública. A autora elucida a existência do viés pós-moderno na base constitutiva do Serviço Social Clínico, ao passo em que os/as Assistentes Sociais que realizam a prática clínica em seu fazer profissional absorvem as demanda sob uma perspectiva endógena e asseguram os círculos estáticos do capital em suas respostas profissionais, através da naturalização e criminalização da questão social.

Razão pela qual Guerra (2015) chama a atenção para o desenvolvimento de instauração de perfis profissionais concatenados com os moldes da sociedade burguesa, do capitalismo avançado, cuja configuração societária é de desemprego estrutural, de precarização das formas de trabalho, em que o

Estado responde às sequelas da questão social com políticas sociais focalizadas.

Logo, os trabalhadores são requisitados a se aventurarem na reprodução de suas vidas através do empreendedorismo, sendo responsabilizados pela própria empregabilidade. Para a autora, é evidente, nesse movimento, a reatualização da responsabilização dos indivíduos pelas suas dificuldades de reprodução social, bem como o crescimento, no âmbito cultural, de mecanismos para a manutenção da vida, como o apelo aos esoterismos, livros de autoajuda, misticismo, dentre outros.

A prática do Serviço Social Clínico na Saúde Mental pode-se dizer que é marcada por duas tendências de atuação: a primeira é representada por aqueles profissionais que por não realizarem a relação teoria e prática no seu fazer profissional e, conseqüentemente, por não compreenderem o lugar do Serviço Social nos processos de trabalho da Saúde Mental, apreendem a clínica como o melhor dispositivo de trabalho na área, sob a argumentação de que ela contempla a subjetividade dos sujeitos e retira a profissão da subalternidade dos saberes psis; e a segunda tendência é representada por aqueles profissionais que optam por realizar uma prática profissional por um viés acrítico, moralizador e factual que pactua com o reacionarismo vivenciado na sociedade brasileira.

Segundo Guerra (2014) esses perfis profissionais decorrem de uma série de incompreensões acerca do mandato social da profissão, frente à conjuntura de ajustes neoliberais e avanço da crise estrutural do capital, pois muitas vezes a profissão ainda é compreendida como vocação, prática de ajuda e/ou militância, pautada em valores anticapitalistas românticos e humanistas-cristãos. Apoiada num ceticismo, que supõe que as condições objetivas da realidade possam ser subsumidas ao “compromisso” e à boa vontade do/a profissional, prossegue a autora, desencadeiam-se posturas voluntaristas e messiânicas que historicamente têm levado à incorporação gradativa de funções genéricas, demandas inespecíficas, meras atividades que não cabe a nenhuma profissão.

Ainda para Guerra (2014, p. 47), ao mesmo tempo em que uma espécie de marxismo idealista toma conta da profissão e o PEP torna-se uma pauta de orientações de dever ser, essa tendência atualiza-se na perspectiva de um

anti-neoliberalismo e uma visão possibilista que não avança na crítica das estruturas, ou seja, frente ao avanço dos ajustes neoliberais, faz-se o que é possível. “Nesse aspecto, a profissão atualiza-se na perspectiva voluntarista, de um lado, e militantista (seja da militância religiosa, seja da militância política), de outro”.

Para a autora supracitada, o eixo desencadeador desses perfis profissionais é a permanência de uma suposta neutralidade política no interior da profissão, a qual é compreendida como uma categoria homogênea, o que resulta na negação tanto das diferenças, quanto do diferente. Logo, observa-se uma abstração do fato de que a profissão é composta por sujeitos profissionais plurais, não conformando um amplo campo de consenso.

Nesse sentido Mota e Amaral (2014) pontuam que o conservadorismo que marca o caldo da cultura profissional do Serviço Social no século XXI não se explicita como negação da orientação e dos fundamentos marxianos, mas pelo marxismo funcionalista, pelo método da escolha racional, pelo pensamento pós-modernos e, como ressalta Maranhão (2014) por um novo sincretismo, provocando uma consequência fulcral no projeto de formação profissional crítico e, conseqüentemente no exercício profissional, posto que esses elementos metodológicos e ideo-políticos apartam a crítica da economia política do método e da teoria da revolução, criando um marxismo sem sujeito revolucionário e uma realidade sem história.

3. CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS

Diante do exposto, observa-se que mesmo o Serviço Social tendo conquistado avanços profissionais a partir dos anos de 1990, grandes são os desafios que marcam a conjuntura presente, haja vista que estamos diante de um processo de contrarreformas que requisitam das profissões intervenções que criminalizem e naturalizem a exponenciação da questão social decorrente do agravamento das contradições internas dos sistema capitalista, exigindo do Serviço Social a adoção de análises, ações e intervenções mais qualificadas que consigam romper com uma análise formal abstrata sobre as múltiplas manifestações da questão social.

Assim, é preciso chamar atenção da categoria para tais preposições, pois à medida que os/as Assistentes Sociais não buscam materializar o Projeto Ético Político, não desenvolvendo uma prática profissional crítica, reflexiva e propositiva, em detrimento de uma prática profissional que psicologiza as relações sociais, naturalizando o sofrimento psíquico e favorecendo a indústria farmacêutica na área, isto é, favorecendo a mercantilização da saúde, estão aprisionando aqueles que tanto lutaram para serem reconhecidos como sujeitos de direitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Geovane. **A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>>. Acesso em: 05 jun. de 2016.

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo, SILVA, M. A. M (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 15-24.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BISNETO, José A. Uma análise da prática do Serviço Social em Saúde Mental. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 82, p. 110-131, 2005.

CEFESS. **Serviço Social e Reflexões sobre Práticas Terapêuticas**. Brasília, 2010. Disponível: <<http://www.cefess.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. **Em foco: o serviço social clínico e o projeto ético-político do serviço social**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

GUERRA, Yolanda. **Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultura profissional**. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A (Orgs.). **Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, pelepas e desafios**. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 45-62.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Graziela Scheffer. **A singularidade e a pluralidade do Serviço Social no processo de trabalho em saúde mental**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 21-36, 2005.

NOGUEIRA, Maria Sônia. **Discutindo o espaço ocupacional do Serviço Social na Saúde Mental**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/discutindo-o-espaco-ocupacional-do-servico-social-na-saude-mental.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

ROBAIANA, Conceição Maria Vaz. O trabalho do Serviço Social nos serviços substitutivos de saúde mental. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 102, p.339-341, 2010.

RODRIGUES, Mavi. Reforma psiquiátrica em tempos pós-moderno. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 6, p.93-119, 1 sem, 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. et al. **Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo, Cortez, 2000.

VASCONCELOS, Kathleen E. Leal. **Promoção da Saúde e Serviço Social: uma análise do debate profissional**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.